Contexto Mundial e Brasileiro

Mônica Damos Duailibe

- Aspectos centrais da argumentação:
- Essa Reforma Trabalhista resulta da <u>correlação de forças</u> <u>políticas atualmente vigente no país</u>;
- É parte importante do <u>ideário neoliberal</u>, hegemônico nos países de capitalismo avançado, desde a década de 1980 e internalizado, sem contraposição, a partir da alteração no governo federal;
- A sua lógica de flexibilização e desregulamentação é no sentido de <u>desresponsabilizar o capital em relação à</u> <u>manutenção e reprodução do trabalho assalariado</u> e de <u>enfraquecimento das instituições que atuam na regulação</u> <u>do mercado de trabalho</u>.

- A generalização do trabalho assalariado é um processo histórico, resultado de conquistas políticas da classe trabalhadora, incorporando direitos trabalhistas e previdenciários.
- A sociedade salarial, predominância das relações de emprego estáveis, ganhos de produtividade repassados para os salários – tem o seu auge nos 30 anos do pós II Guerra.
- À medida que se apagava o espírito de solidariedade social e colaboração de classes forjados durante a Grande Depressão e II Guerra, efetivou-se, gradativamente, a renúncia aos compromissos em torno do crescimento econômico com equidade, da busca do pleno emprego e a ruptura do "pacto social" entre o capital e o trabalho nos estados nacionais

- A crise de rentabilidade do capital, o fortalecimento da classe trabalhadora e o distanciamento do "pacto de solidariedade", a partir da década de 1970, convergem para transformações significativas na correlação de forças políticas, na dinâmica econômica e na organização social das economias nacionais.
- → Globalização;
- → Reestruturação produtiva;
- → Ascensão do Neoliberalismo como ideologia politica hegemônica.

- Globalização → fragmentação da produção, migração das plantas produtivas intensivas em trabalho vivo para os países periféricos e formação de cadeias produtivas transnacionais;
- Reestruturação Produtiva → 3ª Revolução Industrial, novo paradigma tecnológico, automação e microeletrônica, visando à redução dos custos do trabalho, novas formas de organização e gestão da produção, terceirização e flexibilização da contratação e utilização da força de trabalho;
- Neoliberalismo hegemônico → substituição das políticas macroeconômicas de crescimento econômico e promoção do pleno emprego, por politicas de redução dos déficits e controle da inflação.

- Diretamente sobre o mercado de trabalho os impactos mais significativos:
- → Aumento da produtividade e redução na utilização do trabalho vivo, com automação crescente, inclusive no setor de serviços;
- → Reconfiguração da Divisão Internacional do Trabalho, concentrando nos países avançados as indústrias intensivas em capital e, na periferia, a produção intensiva em trabalho vivo;
- Maior flexibilização no uso do trabalho, especificamente, sobre as formas de contratação e gestão, remuneração, definição das jornadas e abrangência das negociações, visando à redução dos custos operacionais e dos "tempos ociosos";

- → As novas formas de contratação, em geral, substituem o contrato estável, por tempo indeterminado, por contratações precárias e o fenômeno da Nova Informalidade – mascarando a relação de emprego;
- → O combate ao desemprego deixa de ser um aspecto central da política econômica nacional e se torna uma questão relacionada ao funcionamento do mercado de trabalho, crescimento das políticas públicas focadas no mercado de trabalho;
- → Mudança subjetiva na valoração cultural do trabalho: assalariado/rígido e autônomo/independente, o empreendedorismo é a forma "moderna" de inserção no mercado de trabalho;

- O Brasil, país de industrialização tardia, tem um processo de estruturação do mercado de trabalho diferente dos países avançados, institucionalização do mercado de trabalho a partir da década de 1930;
- Entre as décadas de 1930 e 1970, ainda que situados na base da pirâmide salarial, a grande maioria dos postos de trabalho criados eram empregos assalariados (8 em cada 10) e formais (7 em cada 10).
- Entre 1960 e 1970, o número de contribuintes da previdência social passa de 3 para 9,5 milhões e chega a 23 milhões em 1980.

- A partir da década de 1980, reversão da tendência de estruturação do mercado de trabalho, redução da taxa de formalidade, aumento do desemprego;
- Mudança na trajetória da economia nacional e internalização das transformações mundiais – globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo.
- Avanço dos processos de flexibilização e desregulamentação da legislação trabalhista, implementação de políticas públicas diretamente focadas no mercado de trabalho.
- Baixo crescimento do emprego assalariado formal 20,4 milhões em 1985 para 24,9 milhões em 1999 –, aumento do desemprego e das outras formas de ocupação. MTE/RAIS.

- Durante os anos de 1990, como mecanismos de enfrentamento do desemprego, avançaram os processos de flexibilização e desregulamentação da legislação trabalhista, além de outras políticas focadas no mercado de trabalho.
- → Extinção da data base (1994);
- → Trabalho em tempo parcial (1998);
- → Contrato por tempo determinado (1998);
- \rightarrow Banco de Horas (1998);
- → Nova Informalidade (Terceirização, cooperativas, trabalho em domicílio)

- Fortalecimento da Auditoria-Fiscal do Trabalho no Brasil, a partir da segunda metade dos anos de 1990:
- → Crescimento expressivo de contingente de Auditores Fiscais do Trabalho;
- → Ampliação e especialização de ações fiscais, focadas em trabalhadores vulneráveis e intensificação da articulação com instituições públicas e sociedade civil;
- ◆ Criação dos grupos móveis e participação em câmaras tripartites;
- → Referência da OIT como experiência nacional bem sucedida no combate aos trabalhos infantil e análogo ao de escravo;
- →Aumento da visibilidade e consolidação da identidade da categoria junto à sociedade e às outras instituições públicas.

- PANORAMA ATUAL WORLD EMPLOYMENT SOCIAL OUTLOOK 2015 / A NATUREZA DAS MUDANÇAS NO EMPREGO - OIT.
- →Os países apresentam disparidades significativas na organização do mercado de trabalho;
- → Nas economias avançadas, tendência de substituição do trabalho assalariado estável – tempo indeterminado, jornada integral – por outras formas de contratação – jornada parcial, tempo determinado, trabalho autônomo;
- Nos países em desenvolvimento, tendência de crescimento do trabalho assalariado, porém, a informalidade ainda é elevada;
- → O trabalho assalariado alcança 50% do total mundial e cerca de 45% corresponde ao contrato estável.

- PANORAMA ATUAL OIT WORLD EMPLOYMENT SOCIAL OUTLOOK 2015 / A NATUREZA DAS MUDANÇAS NO EMPREGO.
- → Precarização do trabalho contribui para a redução da demanda global, afetando o nível de investimento e o ritmo de crescimento mundial;
- → Os estudos mais recentes demonstram que a regulação do mercado de trabalho pode variar amplamente sem repercussão significativa no crescimento econômico e na geração de emprego;
- Necessidade de regulação do trabalho "para proteger os trabalhadores do tratamento arbitrário ou injusto e para assegurar a segurança contratual entre empregados e empregadores". Banco Mundial.

- Brasil referência de políticas públicas bem sucedidas no combate à pobreza e à desigualdade socioeconômica, a partir de intervenções no sistema de proteção social e no mercado de trabalho.
- Aumento real do salário mínimo, redução da informalidade e programas de transferência de renda.
- Em Agosto de 2017, criação da Comissão Global sobre o Futuro do Trabalho – elaboração de relatório para o centenário da OIT, em 2019.
- Diante das transformações, a (re) organização do mundo do trabalho, conciliando com os valores da justiça social.

- Crescimento econômico e mudanças na correlação de forças, aceleração da formalização do mercado de trabalho - refluxo do processo de flexibilização da legislação trabalhista.
- Em 2004, a população ocupada em trabalhos formais era de 37,8 milhões, passando para 56,6 milhões em 2014, aumento de 49,7%;
- População ocupada em trabalhos informais caiu de 44,9 milhões, em 2004, para 41,5milhões em 2014, redução de 7,6%; (SIS/IBGE);
- Entre 2002 e 2014, o total de empregados formais passou de 28,7 para 49,5 milhões;
- Participação da Administração Pública caiu de 21% para 19%,
 Comércio cresceu de 17% para 19% e a Indústria passou de 18% para 16%. (MTE/RAIS).

- Crise política e econômica, mudança do grupo político governante.
- As "Reformas" direcionadas para "tranquilizar" o Mercado.
- Reforma Trabalhista em 2017 Lei nº 13.467/17.
- Objetivo **declarados** de "modernização e geração de emprego".
- Objetivos reais:
- → desresponsabilização dos empregadores,
- → redução máxima dos custos variáveis a custa da desvalorização do trabalho (precarização no uso e redução do preço do trabalho),
- → reconfiguração do mercado de trabalho nacional e das formas de ocupação;
- → enfraquecimento das instituições de regulação do trabalho.

- → carece de legitimidade social, institucional e de fundamentação teórica.
- → além da flexibilização, desregula aspectos fundamentais da relação de emprego.
- é um caso específico de intervenção política muito bem sucedida, no conteúdo e na forma.

 Questão central: qual o papel e as atribuições da Auditoria-Fiscal do Trabalho a partir desse reordenamento no mundo do trabalho.

- Enfrentamento político da Auditoria-Fiscal do Trabalho.
- → Compreensão estrutural/conjuntural da correlação de forças políticas e das dinâmicas de organização e regulação do mercado de trabalho – mundial e nacional;
- → Articulação com as outras entidades de classe da burocracia e com o movimento sindical;
- → Demonstração das consequências do desmonte do setor público e dos resultados – sociais e econômicos - da maior precarização do mercado de trabalho nacional;
- → Reafirmação da identidade e especificidade da Auditoria-Fiscal do Trabalho;
- → Reivindicação dos avanços obtidos e da necessidade de fortalecimento da categoria para a sociedade.